



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

**ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 14 de maio de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceu a unanimidade dos vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Raymara Carvalho Lima Cruz, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Whallassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ante a ausência momentânea do primeiro e segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Whelberson Lima Brandão, respectivamente, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, solicitara ao vereador Ricardo Seidel Guimarães, que assumisse os trabalhos da Secretaria. Verificado quórum regimental, o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior procedeu à leitura dos versículos de 1 a 4 do capítulo 67 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 34ª Sessão Ordinária do 1º Período da 20ª Legislatura e autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos solicitou dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestariam as representantes do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz - IGHI Regina Célia Costa Lima e Maria da Conceição Medeiros Formiga sobre o tema "Participação popular no processo de elaboração da Lei Orgânica do Município de Imperatriz", alusivo ao aniversário de 35 anos da promulgação da Carta Magna local. Ao se dirigir à Tribuna, a professora e representante do IGHI Regina Célia Costa Lima iniciou sua fala cumprimentando os presentes, destacando os vereadores, em especial o presidente da Câmara, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Também saudou a professora Roseane Arcanjo Pinheiro, em nome do IGHI, e a professora Maria da Conceição de Medeiros Formiga, ex-vereadora e vereadora constituinte, com quem dividiria a Tribuna. Em seguida, dirigiu-se aos ex-vereadores presentes, especialmente a própria Conceição Formiga, destacando sua trajetória de militância na Plenária Urbana de Imperatriz - Pluri nas décadas de 1980 e 1990, enfatizando a importância desse registro diante da temática da participação popular no processo de elaboração da Lei Orgânica do Município de Imperatriz. A seguir, Regina Célia declarou que organizaria sua fala em três momentos principais: primeiro, a contextualização histórica do período em que se construiu a Lei Orgânica; depois, o grau de participação popular



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

no processo; e, por fim, as conquistas incorporadas ao texto legal. Argumentou que, já nas décadas de 70 e 80, Imperatriz vivenciara significativas transformações urbanas. O alargamento do espaço urbano e o surgimento de novos bairros, especialmente por meio de ocupações, se acompanhara da consolidação de associações de moradores e outros movimentos sociais, tanto na cidade quanto no campo. Nessa perspectiva, ressaltou que tais movimentos emergiram no mesmo período em que o Brasil encerrava o regime ditatorial e dava início à construção de um Estado democrático de Direito. Lembrou que a Constituição Federal de 1988 incorporara instrumentos de participação popular, como a proposição de leis por iniciativa popular e a atuação em comissões temáticas. Frisou que o movimento social brasileiro tivera papel relevante na elaboração da Carta Magna, sendo exemplo disso o Sistema Único de Saúde - SUS, fruto da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Nesse sentido, destacou que a Constituição de 1988 determinara a elaboração de novas constituições estaduais e leis orgânicas municipais, processo que em Imperatriz fora marcado por mobilização social intensa. Contou que a Pluri começara a se organizar ainda em 1987, como desdobramento da efervescência social observada nos bairros periféricos da cidade, a exemplo das Vilas Lobão e Redenção, entre outros. Com a expansão desses bairros, surgiram reivindicações por infraestrutura e melhorias na qualidade de vida, o que levou os movimentos sociais a enxergarem, na construção da Lei Orgânica, uma oportunidade de registrar suas demandas no texto legal. A seguir, a professora comentou que, naquele período, diversos vereadores, como Joel Gomes Costa e Conceição Formiga, contribuíram significativamente com o processo. Assinalou que a Lei Orgânica do Município de Imperatriz contemplou um capítulo inteiro dedicado à participação popular. Explicou que, atualmente coordenando o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - Uemasul, vinha conduzindo pesquisas sobre o movimento social local e, nesse contexto, localizara edições do jornal *Folha Urbana de Imperatriz*, órgão de comunicação da Pluri. Mencionou ter em mãos uma edição publicada no exato momento da promulgação da Lei Orgânica, edição essa que celebrava a união de diversas entidades populares em torno da construção da norma legal, com destaque à fiscalização dos serviços e contas públicas e à formulação de políticas e programas. Instantes depois, Regina Célia ponderou que, apesar da conquista representada pela promulgação da Lomi, seria necessário o esforço contínuo da população para garantir sua efetividade. Relatou que a *Folha Urbana* circulava mensalmente entre as entidades integrantes da Pluri, cumprindo função informativa e mobilizadora. Disse que, à época, o movimento popular tivera participação direta nas comissões que atuaram na redação da Lei Orgânica, especialmente junto ao relator, vereador Joel Gomes Costa. Recordou que os integrantes da Pluri chegaram a ocupar uma mesa no gabinete do relator, contribuindo com sugestões de propostas. Evocou, ainda, as muitas ocasiões em que utilizaram a tribuna da Câmara para debater essas proposições, inclusive na presença do então vereador Adhemar Alves de Freitas, pai do atual presidente da Casa. Na sequência, destacou um episódio emblemático: quando apresentaram à Câmara o capítulo sobre participação popular, o então presidente, José Lamarck de Andrade Lima,



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

rejeitou a proposta na forma em que fora apresentada, exigindo a utilização do instrumento do projeto de lei de iniciativa popular, conforme recém-previsto na Constituição. No dia seguinte, o movimento retornou à Câmara com o projeto de iniciativa popular subscrito por mais de seis mil eleitores de Imperatriz, o que demonstrou, segundo ela, a capacidade de organização popular, especialmente considerando que, naquela época, não havia internet, celular nem meios rápidos de deslocamento. A seguir, a professora Regina Célia lembrou que, àquela altura, o território do Município de Imperatriz ainda abrangia áreas que posteriormente se emanciparam, como São Pedro da Água Branca, o que ampliava o desafio de mobilização. Enfatizou que a conquista daquele capítulo foi histórica, tendo garantido a institucionalização de conselhos municipais de caráter paritário, prevendo a composição de 19 membros representando tanto o poder público quanto os usuários. Tais conselhos abrangeriam áreas como saúde, educação, transporte, infraestrutura e cultura, com possibilidade de criação de outros, conforme deliberação da administração pública. A professora Regina Célia afirmou, nesse ponto, que a Lei Orgânica do Município fora, portanto, o resultado de um processo intenso de articulação entre a sociedade civil e o poder público, e que Imperatriz se tornara referência nacional por ter sido o segundo município do Brasil a utilizar o instrumento do projeto de lei de iniciativa popular para propor conteúdo à sua lei orgânica, antecedida apenas por Porto Alegre - RS. Ao ser seje, a oradora assinalou que a atuação do movimento social em Imperatriz naquele período ultrapassara o caráter meramente reivindicativo, inaugurando nova etapa de protagonismo popular com perfil propositivo. Argumentou que, a partir da década de 80, o movimento social passou a elaborar propostas e a participar diretamente do planejamento de políticas públicas, desempenhando um papel ativo na construção da cidadania. Por fim, Regina Célia advertiu que qualquer celebração da Lei Orgânica de Imperatriz, seja pelos 35, 40 ou quaisquer outros anos, não poderia excluir ou minimizar a participação popular empreendida pela Pluri e demais entidades que a integravam. Ressaltou que a Pluri funcionara como uma central de movimentos populares, reunindo associações de moradores, sindicatos, movimentos da área da saúde, como o MOPS [(Movimento Popular de Saúde)], entre outros, momento em que reafirmou que essa participação, longe de fragilizar, fortalecia o Parlamento, pois representava um exercício legítimo de cidadania e de atuação legislativa por parte da sociedade organizada. A professora Regina Célia Costa Lima concluiu lembrando que a professora Conceição Formiga daria continuidade à Tribuna Popular, após o que agradeceu ao Parlamento e parabenizou os imperatrizenses pela passagem dos 35 anos da Lei Orgânica do Município. Ao se pronunciar da Tribuna, a representante do IGHI, Maria da Conceição Medeiros Formiga inicialmente cumprimentou o presidente da Casa, os vereadores presentes e, de modo especial, as vereadoras e os amigos participantes da sessão. Declarou-se emocionada e honrada por estar na Tribuna logo após a fala de Regina Célia, a quem reconheceu como uma mulher mais jovem, também atuante na Pluri, o que considerou desafiador em termos de sequência discursiva. Apresentando-se, informou chamar-se Maria da Conceição Medeiros Formiga, residir em Imperatriz há 57 anos e ser professora aposentada. Contou, nesta oportunidade, um episódio recente que a



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

emocionara profundamente: ao pedir ajuda a um pedreiro para atravessar uma tábua instável sobre uma calçada em obra, o homem a reconheceu, citou seu nome completo, disse tê-la como figura pública conhecida da cidade e revelou ter votado nela. Afirmou ter interpretado esse gesto como um grande abraço simbólico vindo de toda a população de Imperatriz. A seguir, destacou estar representando o Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz - IGHI, instituição da qual faz parte juntamente com outros membros, inclusive a presidente, os quais estavam presentes no plenário. Declarou sentir-se honrada por falar em nome do IGHI, enfatizando que, ao representar o Instituto, representava também o povo, pois muitos dos membros estavam inseridos em movimentos populares. Logo depois, a professora Maria da Conceição Medeiros Formiga comentou, então, que no contexto da sua militância social, participava ativamente do Clube de Mães, do Movimento de Cursilhos e da Pastoral da Pessoa Idosa, todos vinculados a causas populares e religiosas. Observou que o Clube de Mães havia sido fundado em 1971, de modo que completava 54 anos de existência naquele mês de maio, quando ela era a única sobrevivente entre as cinco mulheres que apareciam em uma fotografia histórica do grupo. Acrescentou que, mesmo diante das adversidades, continuava ativa, e relatou que seis grupos comunitários estavam sendo revitalizados após um período de esvaziamento causado por pandemia, enfermidades e mudanças de domicílio. Na sequência, explicou que o Movimento de Cursilhos era voltado à evangelização nos ambientes por onde atuava e destacou a relevância da Pastoral da Pessoa Idosa, à qual se dedicava com afinco. Disse que, ao completar 70 anos, decidira não mais tingir os cabelos e que sua aparência atual refletia sua caminhada de vida, marcada por fé e serviço. Referindo-se à comemoração dos 35 anos da Lei Orgânica do Município, lembrou que sua promulgação ocorrera em 1990. Assinalou que a discussão sobre a participação dos movimentos sociais na elaboração do documento era extremamente pertinente. Ressaltou que, embora a Pluri houvesse sido o grupo com maior protagonismo na construção da LOMI, a participação popular também se dera por meio dos vereadores, que, à época, representavam segmentos diversos da população. Argumentou que alguns parlamentares facilitaram o processo de inclusão de propostas, enquanto outros o dificultaram, por divergirem das ideias apresentadas. Relatou que se incluía entre os que apoiaram boa parte das sugestões vindas da Pluri, ainda que não fizesse parte do grupo político dominante. Nesta perspectiva, afirmou que a elaboração da Lei Orgânica contribuiu para que diversos movimentos da cidade passassem a se abrir para o campo político, como foi o caso do próprio Clube de Mães. Segundo explicou, esse grupo, inicialmente de cunho majoritariamente religioso, ampliou seus horizontes e passou a incorporar temáticas como trabalho, lazer e, sobretudo, espiritualidade. Logo depois, a professora Maria da Conceição Medeiros Formiga comentou que, ao pesquisar a legislação produzida a partir dos anos 90, identificou inúmeras leis que declararam clubes de mães como entidades de utilidade pública, muitas das quais estavam listadas na própria Lomi, o que, segundo avaliou, evidenciava o impacto da mobilização popular na produção legislativa local. Nesta ocasião, sugeriu que os parlamentares e a população em geral lessem mais a Lei Orgânica e a tomassem como referência para a atuação



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

política e social, considerando que se tratava de um instrumento fundamental à cidadania. Adiantou que pretendia retornar à Câmara para acompanhar a efetividade de determinadas leis e cobrar os devidos resultados sociais das proposições oriundas da Lomi. Reiterou parabéns à Câmara pela iniciativa da Tribuna Popular, reafirmando que a participação dos vereadores também constituía forma de participação popular. Concordou com a afirmação da professora Regina Célia quanto ao protagonismo da Pluri no processo de elaboração da Lomi e recordou que, embora algumas propostas houvessem sido rejeitadas, muitas foram incorporadas graças à insistência do grupo e ao apoio de parlamentares com visão ampliada. Em seguida, Conceição Formiga mencionou que, na página 283 da Lei Orgânica, encontrava-se listada a produção legislativa dos anos 90 e início dos anos 2000, destacando-a como resultado do trabalho popular coletivo. Frisou que dispunha de vasto acervo pessoal composto por 60 portfólios de registros fotográficos e de imprensa, além de agendas e anotações sobre fatos marcantes de sua vida pública, política e comunitária, mas, devido ao peso do material, havia trazido apenas alguns documentos. Logo depois, comentou, com alegria, imagens que trazia consigo, entre as quais uma em que aparecia ainda jovem, com 35 anos, ao lado de líderes comunitários e vereadores da época, como Walter Rocha, Joel Costa, Ademar Freitas, Carlos Amorim e outros. Observou, com certo orgulho, que fora a única mulher entre os 19 parlamentares da legislatura em que atuara, e listou os nomes de todos os vereadores que compuseram aquele parlamento. Em seguida, declarou que se sentia como uma "rainha" por ter sido a única mulher em um universo majoritariamente masculino. Agradeceu pela oportunidade de falar e, com entusiasmo, afirmou que, aos 78 anos, ainda se mantinha ativa e determinada a não reduzir o ritmo de vida. Afirmou que, se parasse, acabaria definhando em uma cadeira de rodas, por isso optava por continuar dirigindo, trabalhando e atuando socialmente. Relatou que costumava se deslocar em seu carro até o Parque Amazonas para visitar grupos de mães que nutriam grande apreço pelo vereador "Brasmar" [Rodrigo Silva de Medeiros Passos]. Disse que, mesmo com eventuais dificuldades de orientação geográfica, sempre encontrava o caminho. Informou que havia conseguido revitalizar sete grupos de mães em bairros como Parque Alvorada, Vila Cafeteira e Parque Amazonas, entre outros. Por fim, a professora Maria da Conceição Medeiros Formiga desejou sabedoria e paciência aos vereadores e compartilhou, em tom bem-humorado, uma lembrança de sua época de campanha, quando, mesmo com poucos recursos, conseguira se eleger vereadora por três mandatos. Narrou um episódio em que, dirigindo uma Kombi adquirida por seu marido, precisou de ajuda para abastecê-la, quando ao lhe ser negada a ajuda por um rapaz por questões políticas, buscou apoio de outra pessoa, que prontamente atendeu ao pedido. A professora Maria da Conceição Medeiros Formiga concluiu afirmando que a vida é feita de lutas, mas que a fé em Deus e o desejo de viver lhe davam forças e encerrou sua fala desejando que todos mantivessem Deus em seus corações, independentemente da religião de cada um, e agradeceu pela atenção recebida. Ao fazer uso da palavra, o vereador Aurélio Gomes da Silva registrou a presença do vereador licenciado Carlos Hermes Ferreira da Cruz, atual secretário municipal de Regularização Fundiária, ressaltando



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

que fora ele quem solicitara o uso da Tribuna Popular, cuja liberação exigia assinatura de um vereador, responsabilidade que assumira com satisfação por meio de requerimento formal. Declarou-se feliz por compartilhar aquele momento ao lado das senhoras Regina Célia e Conceição Formiga, observando que os relatos e explicações por elas apresentados compunham parte importante da história local, devendo permanecer na memória coletiva como fonte de aprendizado. Em seguida, o edil Aurélio Gomes da Silva lembrou que, cerca de sessenta dias antes, a Casa realizara celebração referente ao aniversário da promulgação da Constituição Municipal, ocasião em que a vereadora Conceição Formiga mencionara nominalmente os parlamentares constituintes. Nesse contexto, evocou a fala do ex-vereador Joel Gomes Costa, que destacara a relevância do movimento da Plenária Urbana de Imperatriz, grupo que se fizera presente diariamente nas sessões da Câmara Municipal constituinte, apresentando ideias e sugestões à construção da Lei Orgânica. Na sequência, o vereador Aurélio Gomes da Silva assinalou que Joel Gomes Costa reconheceu ter sido um dos que mais haviam recebido esse grupo e acolhera a maioria das proposições populares. A esse respeito, Aurélio Gomes da Silva enfatizou o valor da participação cidadã na construção legislativa, lamentando, porém, que tal engajamento estivesse se esvaindo com o tempo. Segundo ele, atualmente, os vereadores compareciam às sessões praticamente sozinhos, sem a presença de movimentos sociais ou associações de moradores, as quais, conforme pontuou, praticamente haviam deixado de existir em Imperatriz. Quando muito, essas entidades se resumiam à figura de um presidente e de um vice, sem maior articulação. Logo depois, comentou que, apesar das reiteradas tentativas da própria Câmara de atrair representantes comunitários, a adesão era mínima, fato que atribuía à desorganização e à ausência de mobilidade desses grupos. Comparando o cenário atual com épocas anteriores, recordou que, entre as décadas de 70 e 90, mesmo sem os recursos tecnológicos disponíveis hoje, como celular, *WhatsApp* ou redes sociais, os encontros eram marcados no boca a boca e as sessões legislativas se enchiam de populares. Nesta perspectiva, refletiu sobre o quanto essa presença era importante para os vereadores, conferindo-lhes senso de representatividade e responsabilidade. Citou, ainda, a existência de uma lei mencionada por Regina Célia Costa Lima, a qual permitia que a população, reunindo 5% de assinaturas, pudesse elaborar projetos de lei a serem apresentados na Câmara, cabendo a um vereador a defesa da proposta em Plenário, instrumento democrático que, segundo afirmou, era pouco conhecido pela maioria dos cidadãos. Na mesma linha, declarou ter descoberto, durante as exposições feitas naquela sessão, que diversos conselhos municipais haviam sido implantados a partir das ações da Pluri, como ressaltado por Regina Célia, o que considerou de extrema relevância para a história viva de Imperatriz. A seguir, o vereador Aurélio Gomes da Silva frisou a importância de que o povo se sentisse à vontade para utilizar a Tribuna Popular como espaço de fala e participação. Comentou que essa Tribuna se encontrava aberta uma ou duas vezes por semana para que a comunidade tratasse de variados temas, alguns simpáticos ao Executivo e ao Legislativo, outros não, reforçando que, por se tratar de uma casa republicana, a Câmara se mantinha aberta à sociedade civil. Por fim, o parlamentar



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Aurélio Gomes da Silva parabenizou os participantes da Tribuna Popular e expressou votos de continuidade da luta pela valorização da participação popular. Neste íterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou a presença do secretário municipal de Regularização Fundiária, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, do ex-vereador e ex-deputado estadual Valdinar Pereira Barros, do ex-deputado estadual João Macedo da Silva e do ex-vice-prefeito Jessé Gonçalves Cutrim, que convidou a comporem a mesa. Ao se manifestar, o parlamentar Adriano Lima Brito parabenizou o vereador Aurélio Gomes da Silva pela escolha do tema tratado, que considerou de grande relevância para o Município. Em seguida, externou sua satisfação e orgulho em receber antigos professores da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, dentre os quais mencionou o professor Jessé Gonçalves Cutrim, ex-vice-prefeito de Imperatriz, presente na Galeria, e a professora Regina Célia, da qual fora aluno durante o período em que cursara parte da graduação em História. A esse respeito, declarou que, embora a docente talvez não se recordasse dele, guardava com clareza as lembranças dos seus ensinamentos, os quais jamais esquecera. Explicou, a seguir, que, mesmo não tendo concluído o curso de História, finalizara outra graduação na mesma instituição, no curso de Letras, formação pela qual afirmou sentir-se profundamente orgulhoso. Logo depois, cumprimentou o também professor universitário, vereador e secretário municipal de Regularização Fundiária Carlos Hermes Ferreira da Cruz, reafirmando a importância da Uema em sua formação pessoal. Segundo ponderou, a academia, especialmente as universidades públicas, não apenas forneciam conhecimento intelectual, mas preparavam o indivíduo para a vida, contribuindo para a formação da consciência crítica, política e social dos cidadãos. A esse respeito, reiterou sua gratidão à Uema e ressaltou o orgulho de poder expressar pessoalmente, na Tribuna, o agradecimento aos professores da instituição, especialmente à professora Regina Célia e ao professor Jessé Gonçalves Cutrim. Enalteceu, ainda, a abordagem da professora Regina Célia sobre os movimentos sociais e a importância de se garantir o acesso da população às discussões legislativas, lembrando que a Câmara Municipal era, por excelência, a casa do povo. Nessa perspectiva, defendeu que o Poder Legislativo deveria manter-se de portas abertas para a comunidade, de modo a permitir a construção coletiva de uma cidade melhor, alinhada, inclusive, ao *slogan* do atual prefeito Rildo de Oliveira Amaral, segundo o qual "*Imperatriz é cidade grande*". Frisou que, para alcançar esse ideal, era necessário que o Legislativo estivesse unido com a população, com as entidades civis e com as organizações sociais, reconhecendo que o progresso se fazia mediante o engajamento popular e as lutas coletivas, ensinamento que, conforme assinalou, aprendera com firmeza durante sua passagem pela UEMA. Instantes depois, o parlamentar Adriano Lima Brito destacou que também se via como um homem de luta, lembrando que, embora atualmente estivesse exercendo o mandato de vereador, era policial militar de carreira e sempre estivera envolvido em causas sociais, dentro das limitações impostas pela própria função, momento em que reafirmou que o espírito de luta que o acompanhava havia sido cultivado durante sua vivência universitária. Ao encerrar, reiterou os parabéns à vereadora Regina Célia pela temática abordada e desejou que, com a ajuda de Deus, pudesse seguir o



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

mesmo caminho de força e dedicação trilhado por ela. Agradeceu, por fim, pela presença dos convidados. Logo depois, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado saudou a plenária, destacando, em especial, a presença do professor Jessé Gonçalves Cutrim, com quem, segundo relatou, tivera o privilégio de trabalhar durante a gestão do então prefeito Jomar Fernandes Pereira Filho, ocasião em que ocupara o cargo de coordenadora de saúde bucal. Acrescentou, a esse respeito, que construíra também legado no campo da educação no Município, expressando agradecimento pela presença do referido professor. Em seguida, declarou sentir-se orgulhosa ao falar sobre a professora Conceição Formiga, a quem definiu como mulher militante de expressividade na cidade, cuja atuação, conforme frisou, honrava a todos. Nesta oportunidade, a parlamentar Rosângela Aparecida Barros Curado elogiou a contribuição da convidada ao trazer uma reflexão lúcida e fundamentada sobre momentos históricos vivenciados por Imperatriz, exaltando sua força, coragem e empoderamento, sobretudo no contexto em que atuara como única representante feminina na Câmara Municipal, destacando-se pela defesa de pautas sociais voltadas à comunidade. A propósito, reportou-se também à professora Regina Célia, reconhecendo-a também como militante e figura de grande expressividade, motivo de orgulho para todas as mulheres imperatrizenses. Assinalou, a seguir, que a trajetória histórica do Município contava com a presença marcante de mulheres que haviam contribuído efetivamente para o seu desenvolvimento, lutando em defesa de bandeiras legítimas e permanentes em prol da cidade. Por fim, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado declarou que todas as homenageadas deveriam sentir-se acolhidas por todas as vereadoras da Casa, pois representavam fonte de inspiração na continuidade da luta por espaço político para as mulheres, tanto no plenário quanto fora dele. Mencionou, nessa perspectiva, a vereadora Renata Sousa Nascimento, que, assim como outras mulheres, vinha dialogando com a população nas ruas e fortalecendo a representatividade feminina no Legislativo. Finalizou deixando um abraço coletivo às presentes e agradecendo pela participação. Nesta oportunidade, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, frisou a relevância da presença da representação do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz, destacando que, ao que tudo indicava, tratava-se da primeira vez que a referida entidade participava de uma sessão na Casa. Agradeceu, nesse sentido, pelas contribuições trazidas ao Legislativo, reiterando que seriam sempre bem-vindas. Em seguida, abordou a relevância histórica da sessão solene comemorativa dos 35 anos da Lei Orgânica, realizada recentemente, e ressaltou a dificuldade enfrentada pela assessoria da Câmara para localizar os arquivos da época da promulgação da Lomi. A esse respeito, frisou que, apesar de o intervalo de 35 anos parecer extenso para alguns e recente para outros, verificara-se grande escassez de registros documentais no acervo da Casa. Logo depois, assinalou que, a partir daquele esforço comemorativo, a Câmara conseguira resgatar os documentos referentes às sessões constituintes, copiando-os integralmente. Ainda que muitos registros já tivessem se perdido ao longo do tempo, lembrou que parte da memória daquele momento histórico permanecia viva nos relatos de cidadãos imperatrizenses que haviam participado do processo. Relatou, inclusive, que alguns ex-vereadores presentes na referida



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

sessão solene haviam compartilhado vivências e dificuldades enfrentadas na elaboração da Lei Orgânica Municipal, ressaltando que tais fatos precisavam ser devidamente registrados e preservados. Nesta ocasião, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, agradeceu pela contribuição dos convidados e defendeu que novos relatos e materiais históricos fossem incorporados ao acervo já produzido pela Câmara. Enfatizou que Imperatriz precisava guardar e valorizar sua história para que não fosse esquecida pelas futuras gerações. Ao comentar que, à época da promulgação da Lomi, tinha apenas três ou quatro anos de idade, ponderou que, embora aquele episódio não fizesse parte direta de sua vivência pessoal, representava capítulo essencial da memória coletiva da cidade, cuja preservação histórica ainda carecia de maior atenção. A esse respeito, refletiu que, na ausência de militantes e estudiosos dedicados à história local, muitos fatos acabariam se perdendo. No entanto, avaliou que a Câmara já vivia nova fase institucional, com todos os seus atos, sessões e atas devidamente registrados em formato digital. Mencionou também a existência de um arquivo fotográfico da Casa, cuja importância, segundo destacou, era inegável. Por fim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, relatou ter solicitado à ex-vereadora Conceição Formiga o empréstimo de seu acervo pessoal de fotografias históricas, guardadas com zelo, com o intuito de digitalizá-las e incorporá-las à memória institucional do Legislativo, após o que agradeceu pela presença da professora doutora Regina Célia e da própria ex-vereadora Conceição Formiga, pelas contribuições prestadas à Sessão e à preservação da história da cidade. Em nova intervenção, o edil Aurélio Gomes da Silva solicitou ao presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, que franqueasse a palavra ao secretário municipal de Regularização Fundiária, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, também com o que anuiu o presidente. Ao se manifestar, o secretário municipal de Regularização Fundiária, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, declarou estar emocionado e saudosos por retornar ao Plenário, espaço onde atuara por tantos anos como parlamentar, reafirmando, contudo, que, embora licenciado, permanecia com o mandato de vereador. Em seguida, cumprimentou o presidente da Câmara, Adhemar Freitas Júnior, e estendeu a saudação ao vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, aos demais membros da Mesa Diretora, aos colegas vereadores e vereadoras e, de forma especial, aos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, Aurélio Gomes e Whalassy de Oliveira Barros, aos quais se referiu como companheiros de luta e exemplos de atuação parlamentar. A seguir, lembrou que havia dividido o plenário com o vereador Aurélio Gomes da Silva por mais de 12 anos, período em que, segundo relatou, ambos travaram batalhas políticas em defesa de uma cidade mais justa. Destacou também a atuação do vereador Whalassy de Oliveira Barros, a quem atribuiu qualidades combativas voltadas às boas causas e à elevação do nível do debate político no parlamento municipal. Logo depois, o secretário municipal de Regularização Fundiária Carlos Hermes Ferreira da Cruz, mencionou que havia sido procurado pela professora Roseane Arcanjo Pinheiro, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz, entidade que saudou formalmente, e explicou que fora ela quem o contactara a respeito da organização do momento comemorativo. Relatou que, de imediato, acionara o vereador Aurélio Gomes da Silva para viabilizar a



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

realização da Tribuna Popular, expressando, nesse contexto, agradecimento pelo empenho do colega. Nesta oportunidade, parabenizou a professora Regina Célia Costa Lima e a ex-vereadora Maria da Conceição Medeiros Formiga pelas explanações realizadas, enaltecendo especialmente a participação da professora Regina Célia enquanto liderança popular nos acontecimentos históricos que culminaram na promulgação da Lomi. Ressaltou que, embora todos os atores envolvidos à época tivessem sido importantes, foi a mobilização popular que garantiria a formulação de uma Lei Orgânica verdadeiramente representativa dos interesses da sociedade, capaz de reger, até os dias atuais, o funcionamento institucional do município. Nessa perspectiva, ponderou que o Parlamento deveria manter o olhar atento e reflexivo sobre o conteúdo da Carta Magna municipal, com o intuito de preservar e valorizar os fundamentos que a originaram. Realçou, ainda, a relevância de se resgatar a memória daqueles que haviam participado do processo constituinte local, sublinhando o valor histórico das fotografias da época, consideradas raras, mas fundamentais para dar continuidade à trajetória legislativa da cidade. Por fim, o secretário municipal de Regularização Fundiária Carlos Hermes Ferreira da Cruz, dirigiu nova saudação ao presidente da Casa e reiterou seus agradecimentos ao vereador Aurélio Gomes da Silva pela oportunidade de participar daquele momento, após o que encerrou sua fala declarou que, embora não tivesse preparado pronunciamento formal, sentia-se extremamente feliz em poder contribuir com a Tribuna Popular alusiva aos 35 anos da promulgação de Lomi. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, que constava de: Ofício CMS no 54/2025, de 15 de abril, da presidente do Conselho Municipal de Saúde, Albane Freitas de Sousa, que comunicava a reprovação do Relatório do 3º Quadrimestre de 2024 da Saúde Municipal, em razão de inconsistências técnicas e administrativas verificadas durante sua análise; Ofício 026/2025, de 13 de maio, do diretor de relações institucionais do Hospital Santa Mônica, Eduardo Soares Sousa de Albuquerque, que convidava a participar, em 16 de maio, às 17 horas, no Aracati Office, do evento de apresentação de resultados, homenagens e certificação de parceiros da 4ª Clínica Solidária de Saúde. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação dos Projetos de: Lei Ordinária Nº 46/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, que "Institui, no âmbito do Município de Imperatriz - MA, a Política Municipal de Humanização do Luto Materno e Parental e dá outras providências"; Lei Ordinária Nº 47/2025, de autoria do vereador Ricardo Seidel Guimarães, que "Regulamenta o disposto no art. 279-A do Código de Trânsito Brasileiro quanto à remoção de veículos em situação de abandono em logradouros públicos"; Lei Ordinária Nº 48/2025, de autoria do vereador Ricardo Seidel Guimarães, que "Obriga o Poder Público Municipal a adotar medidas eficazes para combater a cultura do crime organizado no Município de Imperatriz - MA"; de Decreto Legislativo Nº 13/2025, de autoria do vereador Ricardo Seidel Guimarães, que "Outorga o Título de Cidadã



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Imperatrizense à Sr<sup>a</sup> Lenilda Costa Silva". Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento das mencionadas matérias à referida Comissão Permanente. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de nove Indicações e um Requerimento: 291/2025, de autoria do vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da revisão, atualização e execução integral do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS dos servidores da área de saúde do Município de Imperatriz - MA, com a instituição da Comissão Paritária, a ser composta por representantes dos sindicatos dos trabalhadores da saúde, do Executivo e do Legislativo;

409/2025, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da firmação de parceria para o bloqueamento ou pavimentação asfáltica, com meios-fios e sarjetas, da Rua Leste Oeste 10, no Bairro Teotônio Vilela;

410/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, com a máxima urgência, da construção de galeria, drenagem profunda e pavimentação com bloquetes na entrada da Rua Santa Cecília, na Vila Redenção II;

434/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da implantação de um programa municipal de equoterapia, voltado ao atendimento de pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista;

451/2025, de autoria do vereador Aurélio Gomes da Silva, ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, com a máxima brevidade possível, da retomada ou criação de novo Centro Auditivo Otodiagnose para a cidade de Imperatriz, bem como da regularização da entrega dos aparelhos auditivos aos que necessitam desse suporte;

454/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Macelino Tavares de Moraes, do bloqueamento da Rua C, entre as Ruas do Arame e Principal, no Bairro Vilinha;

471/2025, de autoria da vereadora Terezinha de Oliveira Santos, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária de Desenvolvimento Social, Maria Caroline Duailibe Barros Gomes, da reabertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV nos povoados Petrolina, São Felix e Nova Bacaba, na Estrada do Arroz;

481/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente Municipal de Trânsito e Transporte, Eliude Pereira Sales, da implantação de faixas de pedestres elevadas em frente a hospitais e instituições de ensino do



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Município;

476/2025, de autoria do vereador Ricardo Seidel Guimarães, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da instalação de unidade móvel de atenção básica à saúde mental, com equipe multiprofissional, para atendimento nos bairros de maior vulnerabilidade social da cidade; Requerimento de Licença de Vereador Nº 1/2025, de autoria do vereador Ricardo Seidel Guimarães, para assumir o cargo em comissão de secretário municipal de Segurança Pública Integrada, Ricardo Seidel Guimarães. Imediatamente, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior, que, ao se dirigir à Tribuna, declarou estar trazendo à discussão o tema do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS dos servidores da saúde, apontado como um sonho antigo da categoria. Explicou que vestia um jaleco branco não apenas em representação da saúde pública, mas também em homenagem à Semana da Enfermagem, celebrada entre os dias 2 e 20 de maio, período que contempla, respectivamente, o Dia da Enfermagem e o Dia do Técnico em Enfermagem. Nesta ocasião, enfatizou a importância do setor de saúde e lembrou, como exemplo, o período da pandemia de Covid-19, quando, segundo relatou, muitos cidadãos buscaram abrigo em suas casas e propriedades rurais enquanto os profissionais da saúde, aos quais chamou de exército da saúde, preparavam-se para enfrentar um vírus letal e ainda pouco compreendido. Argumentou que, sem o empenho desses profissionais, o número de mortos teria sido muito maior, a propósito do que assinalou que, apesar das muitas perdas humanas entre médicos e enfermeiros, a atuação dos servidores da saúde fora essencial para a superação da crise sanitária. Logo depois, o edil Elias Ferreira de Holanda Júnior pontuou que, mesmo com o fim da pandemia, os profissionais da saúde continuavam atuando 24 horas por dia, inclusive em sábados, domingos e feriados, sem interrupção. Por isso, solicitou o apoio dos demais vereadores à sua Indicação, por meio da qual pleiteava a valorização desses profissionais mediante a revisão e atualização do PCCS. Em seguida, explicou que o plano original fora implantado em 2008, ainda na gestão do então prefeito Ildon Marques de Souza, por meio da Lei Ordinária Nº 1.279/2008, e que o Estatuto do Servidor, por sua vez, fora elaborado posteriormente, na administração do ex-prefeito Sebastião Torres Madeira, através do Projeto de Lei Ordinária Nº 1.593/2015. No entanto, conforme avaliou, ambos os dispositivos legais se encontravam desatualizados. Dessa forma, solicitou formalmente ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, a instituição de uma comissão paritária composta por representantes dos sindicatos da saúde, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, com a finalidade de revisar, atualizar e garantir a execução integral do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores da saúde. Ao ensejo, o edil Elias Ferreira de Holanda Júnior apontou uma das falhas mais relevantes do plano atual: a ausência de progressão funcional do nível médio para o nível superior, estando previstas apenas progressões baseadas em pós-graduação, mestrado ou doutorado. Para ilustrar a limitação, citou o caso da servidora Regina Galvão, que ingressara no serviço público como técnica em enfermagem, trabalhava em dois



ESTADO DO MARANHÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

períodos e, com muito esforço, conquistara o diploma de curso superior, mas continuava exercendo a função de técnica, sem a devida valorização profissional, mesmo sendo uma enfermeira experiente e também empresária reconhecida na cidade. Ainda nessa linha, o parlamentar destacou outra falha recorrente: o não pagamento regular do Adicional por Tempo de Serviço - ATS, benefício previsto no plano desde 2008, mas cuja aplicação integral não vinha sendo cumprida por nenhuma das gestões municipais. Declarou ser servidor concursado havia cinco anos e explicou que, após o período probatório, o servidor deveria começar a receber o adicional de 4% a cada dois anos de serviço, mas que, na prática, muitos deixavam de receber o benefício por falta de iniciativa administrativa. A seguir, reiterou que, uma vez atualizada a legislação por meio da referida comissão, seria imprescindível que o Executivo encaminhasse o novo projeto de lei à Câmara Municipal e promovesse sua plena execução, garantindo, assim, o reconhecimento e a valorização de todos os servidores da saúde pública municipal. Nesta oportunidade, o edil Elias Ferreira de Holanda Júnior declarou sentir orgulho de ser médico e servidor da saúde de Imperatriz, reafirmando seu compromisso, como vereador, com a defesa da categoria, momento em que citou municípios da região, como Açailândia e Augustinópolis, para frisar que essas cidades, embora menores, já possuíam planos semelhantes implantados e em execução. Por fim, argumentou que, da mesma forma que a atual gestão tratava Imperatriz como cidade grande, os profissionais da saúde também deveriam ser tratados como gigantes da saúde. Ao fazerem uso da palavra, externaram apoio à proposição da revisão, atualização e execução integral do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS dos servidores da área de saúde do Município e solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Rosângela Aparecida Barros Curado, Francisco Messias da Silva, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Adriano Lima Brito, Mesaac Cirqueira Santiago, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Terezinha de Oliveira Santos, Jorgiana Pinheiro Sousa, Renata Sousa Nascimento, Jhony dos Santos Silva, Aurélio Gomes da Silva e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Como ninguém mais se pronunciasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 291/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Instantes depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do edil Jhony dos Santos Silva, que destacou a necessidade do bloqueamento ou pavimentação asfáltica (com meios-fios e sarjetas) da Rua Leste Oeste 10, no Bairro Teotônio Vilela. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Adriano Lima Brito, Aurélio Gomes da Silva, Francisco Messias da Silva, Jorgiana Pinheiro Sousa e Terezinha de Oliveira Santos. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 409/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, que enfatizou a relevância da construção de galeria, drenagem profunda e pavimentação com bloquetes na entrada da Rua Santa Cecília, na Vila Redenção II, com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade e do fluxo do trânsito no local. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Mesaac



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Cirqueira Santiago, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Terezinha de Oliveira Santos, Jhony dos Santos Silva, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Adriano Lima Brito, Ricardo Seidel Guimarães, Jorgiana Pinheiro Sousa e Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 410/2025, que recebeu a aprovação da unanimidade dos edis participantes. Imediatamente, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, que assinalou a importância da implantação de programa municipal de equoterapia, voltado ao atendimento de pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista, a propósito do que argumentou em defesa visibilidades das pessoas com deficiência. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis secretário municipal de Segurança Pública Integrada, Ricardo Seidel Guimarães, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Jorgiana Pinheiro Sousa, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Rubem Lopes Lima, Mesaac Cirqueira Santiago, Adriano Lima Brito e Rosângela Aparecida Barros Curado. Nessa ocasião, o vereador secretário municipal de Segurança Pública Integrada, Ricardo Seidel Guimarães, parabenizou o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa pela iniciativa da proposição. Em seguida, declarou haver prestado atenção às falas dos colegas e observou que algumas indicações vinham sendo apresentadas de forma duplicada. Relatou que, antes de se licenciar para assumir a Secretaria Municipal de Segurança Pública, também havia apresentado Indicação referente à implantação de programa municipal de equoterapia. Explicou que, à época, já mantinha diálogo com o prefeito Rildo de Oliveira Amaral e que as tratativas para a reforma do espaço destinado à prática da equoterapia estavam em curso. Conforme informou, essa reforma já se encontrava concluída e a doação dos cavalos estava sendo providenciada pelo Sindicato Rural de Imperatriz - Sinrural, local onde o programa seria executado. Na sequência, o vereador Ricardo Seidel Guimarães declarou que subscreveria a proposição e reiterou que havia formulado Indicação semelhante. Finalizou destacando que, apesar da duplicidade, o mais relevante era que a proposta se concretizasse, independentemente da autoria. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 434/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Nesta ocasião, em virtude de constar da Pauta Requerimento de Licença do vereador secretário municipal de Segurança Pública Integrada, Ricardo Seidel Guimarães, o edil Rubem Lopes Lima propôs ao primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, a apreciação em bloco das demais Indicações, com o que anuiu este. A seguir, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, submeteu a votação a apreciação em bloco das demais Indicações constantes da Pauta, proposta que foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Ato contínuo, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, expôs a discussão as demais Indicações em Pauta. Ao se manifestar, o vereador Aurélio Gomes da Silva apontou a necessidade da retomada ou criação, com a máxima brevidade possível, de novo Centro Auditivo Otodiagnose na cidade [objeto da Indicação (Nº 451] de sua autoria], bem como da regularização da entrega dos aparelhos auditivos aos



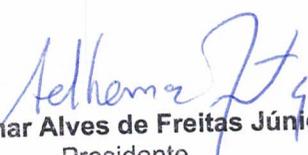
**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

que necessitam desse suporte, tendo em vista a relevância decisiva desse dispositivo para as pessoas com deficiência auditiva. Ao fazer uso da palavra, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado se dispôs a subscrever a Indicação de autoria do colega Aurélio Gomes da Silva. Em seguida, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho ressaltou a necessidade do bloqueamento do trecho da Rua C compreendido entre as Ruas do Arame e Principal, no Bairro Vilha [objeto da Indicação (Nº 454) de sua autoria]. Ao fazer uso da palavra, o edil Aurélio Gomes da Silva solicitou permissão para subscrever a Indicação de autoria do colega Wanderson Manchinha Silva Carvalho. Na sequência, a vereadora Terezinha de Oliveira Santos realçou a natureza especial da proposição que formulava ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária de Desenvolvimento Social, Maria Caroline Duailibe Barros Gomes, da reabertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV nos povoados Petrolina, São Felix e Nova Bacaba, na Estrada do Arroz [objeto da Indicação (Nº 471) de sua autoria], tendo em vista a carência desse serviço nas comunidades dessas localidades. A seguir, o vereador Alcemir da Conceição Costa frisou a relevância da implantação de faixas de pedestres elevadas em frente a hospitais e instituições de ensino do Município [objeto da Indicação (Nº 481) de sua autoria], com vistas a reduzir os riscos de acidentes de trânsito a que estavam expostas sobretudo crianças nesses locais. Logo depois, o edil Ricardo Seidel Guimarães, destacou a necessidade da instalação de unidade móvel de atenção básica à saúde mental, com equipe multiprofissional [objeto da Indicação (Nº 476) de sua autoria],... para atendimento nos bairros de maior vulnerabilidade social da cidade, com vistas a suprir a carência verificada no Município nessa área. Ao fazer uso da palavra, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado se dispôs a subscrever a Indicação de autoria do colega Ricardo Seidel Guimarães. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação, em bloco, as Indicações 451/2025, Nº 454/2025, 471/2025, 481/2025 e 476/2025, que receberam a aprovação unânime dos edis participantes. Na sequência, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, expôs a discussão Requerimento de Licença de Vereador Nº 1/2025, de autoria do vereador Ricardo Seidel Guimarães, para assumir o cargo em comissão de secretário municipal de Segurança Pública Integrada. Ao se pronunciar, o edil Ricardo Seidel Guimarães comentou que, após contribuir com a reprovação das contas do ex-prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos referentes ao exercício dos anos de 2017 e 2018, despedir-se-ia novamente dos colegas vereadores para retomar o comando da Secretaria Municipal de Segurança Pública Integrada, em que desenvolvera, em conjunto com os demais órgãos de segurança, trabalho cujos resultados haviam sido consideravelmente positivos. Em seguida, ao se referir a questionamentos sobre seu posicionamento político, o vereador Ricardo Seidel Guimarães explicou que se posicionava em função da necessidade de dialogar com os diversos agentes públicos, tendo em vista a consecução dos melhores benefícios possíveis a Imperatriz. Ao se pronunciar, o edil Whalassy de Oliveira Barros recomendou ao vereador Ricardo Seidel Guimarães que abrisse mão de narrativas infrutíferas e priorizasse o trabalho em favor da cidade, visto que tais narrativas não o elegeriam

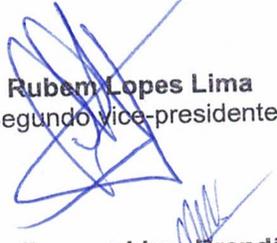


**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

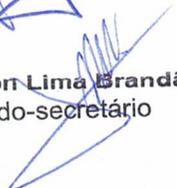
deputado estadual. Instantes depois, expressaram apoio ao desempenho do colega Ricardo Seidel Guimarães na Secretaria Municipal de Segurança Pública Integrada os vereadores Rubem Lopes Lima, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Meszac Cirqueira Santiago, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, ao evocar os termos do artigo 221, inciso 10, do Regimento Interno da Casa, submeteu a votação Requerimento de Licença de Vereador nº 11/2025, de autoria do vereador Ricardo Seidel Guimarães, para assumir o cargo em comissão de secretário municipal de Segurança Pública Integrada, que foi aprovado pela unanimidade dos edis presentes. Nesta ocasião, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, comunicou que imediatamente convocaria a suplente de vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz se fazer presente em 15 de maio, às 9 horas, na Câmara Municipal de Imperatriz, nos termos do artigo 303, parágrafo 4º, do Regimento Interno para tomar posse como primeira suplente do partido PSD [Partido Social Democrático]. Em nova intervenção, o vereador Ricardo Seidel Guimarães ponderou que o parlamento era lugar de falar, visto que se poderia não concordar com a opinião do outro, mas era preciso respeitar, democraticamente, as divergências, as diferentes opiniões, após o que declarou que não aprenderia nada sobre as eleições de 2026 com quem nunca ganhara eleição. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando nenhum dos edis se inscreveu. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 14 de maio de 2025.

  
**Adhemar Alves de Freitas Júnior**  
Presidente

  
**Rodrigo Silva de Medeiros Passos**  
Primeiro vice-presidente

  
**Rubem Lopes Lima**  
Segundo vice-presidente

  
**Wanderson Manchinha Silva Carvalho**  
Primeiro secretário

  
**Welberson Lima Brandão**  
Segundo secretário